

**SIGNIFICADOS DE APOSENTADORIA E PERFIL SOCIOECONÔMICO:  
CARACTERÍSTICAS DE APOSENTADOS ASSOCIADOS AO SINDICATO  
NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA  
SINDICAL<sup>12</sup>**

Meanings of retirement and socioeconomic profile in Brazil: characteristics of retirees associated with National Union of Retirees, Pensioners and Older Adults of Union Force

**Silvana Ramos<sup>3</sup>** 

Universidade de São Paulo<sup>4</sup>  
São Paulo, São Paulo, Brasil.

**Gabriela Cipolli<sup>5</sup>** 

Universidade Estadual de Campinas  
Campinas, São Paulo, Brasil.

**Andrea Lopes<sup>6</sup>** 

Universidade de São Paulo  
São Paulo, São Paulo, Brasil.

**Resumo**

Na atualidade, a visibilidade em torno do aumento da expectativa de vida estimula e oportuniza a reconstrução das trajetórias e seus significados, especialmente entre idosos, que vivem mais tempo como aposentados. A aposentadoria, além do alcance e exercício de direitos, tem sido entendida como uma condição de vida, por vezes, estereotipada. Esse contexto atinge especialmente os homens. O objetivo da pesquisa foi caracterizar os significados de aposentadoria e o perfil socioeconômico de idosos aposentados. Estudo de caso, de natureza exploratória e descritiva com aplicação de formulário misto. Uso de estatística descritiva. Amostra foi composta por 200 idosos associados ao SINDNAPI. Idosos homens, entre 60 a 69 anos, baixa renda e escolaridade, ausência de preparação institucional para aposentadoria e de envolvimento social e que não trabalham por opção, doença e

<sup>1</sup> Editora responsável pela avaliação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliam Deisy Ghizoni.

<sup>2</sup> Copyright© 2021, Ramos *et al.* Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons, atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

<sup>3</sup> [silvanabassiramos@gmail.com](mailto:silvanabassiramos@gmail.com)

<sup>4</sup> Avenida Arlindo Béttio, 1000, Eermelino Matarazzo, São Paulo, SP, Brasil, CEP: 03828-000.

<sup>5</sup> [gabicipolli@hotmail.com](mailto:gabicipolli@hotmail.com)

<sup>6</sup> [andrealopes@usp.br](mailto:andrealopes@usp.br)

preconceito etário formaram o perfil mais prevalente. A aposentadoria possui significados positivos, apesar da insatisfação com a renda. Esperam apoio dos representantes. A prevalência socioeconômica masculina vulnerável não influenciou negativamente os significados de aposentadoria, inclusive por representar segurança e tranquilidade. A heterogeneidade da velhice perante o atual debate brasileiro sobre o Sistema Previdenciário requer novos estudos sobre a percepção da aposentadoria entre idosos, visando ações assertivas de atenção a esse segmento social, especialmente de ordem simbólica.

**Palavras-chave:** Aposentadoria; Idosos; Homens; Participação da Comunidade; Fatores Socioeconômicos.

---

### **Abstract**

Currently, visibility around the increase in life expectancy encourages and provides opportunities for the reconstruction of trajectories and their meanings, especially among the older adults, who live longer as retirees. Retirement, in addition to the scope and exercise of rights, has been understood as a condition of life, sometimes stereotyped. This context particularly affects men. The aim of this study was to characterize the meanings of retirement and the socioeconomic profile of retired older adults. Case study, exploratory and descriptive with application of mixed form. Use of descriptive statistics. The sample consisted of 200 older adults associated with SINDNAPI. Male older adults, between 60 and 69 years of age, low income and education, lack of institutional preparation for retirement and social involvement and who do not work due to choice, illness and age prejudice were more prevalent. Retirement has positive meanings, despite dissatisfaction with income. They expect support from representatives. The vulnerable male socioeconomic prevalence did not negatively influence the meanings of retirement, including because it represents security and tranquility. The heterogeneity of old age in the face of the current Brazilian debate on the Social Security System requires new studies on the perception of retirement among the older adults, aiming at assertive actions of attention to this social segment, especially of a symbolic nature.

**Keywords:** Retirement; Older adults; Men; Community Participation; Socioeconomic Factors.

---

### **Introdução**

O envelhecimento humano é um processo que ocorre ao longo de toda vida. Compreende mudanças biológicas, acompanhadas de maneira combinada com aspectos, alterações e adaptações de ordens psicológica e sociocultural (Neri, 2008). Essa dinâmica promove as mais variadas possibilidades de envelhecimento que, quando não percebidos, discutidos e legitimados amplamente, geram subsídios à criação de estereótipos e mitos. No Brasil, por exemplo, conforme a Política Nacional do Idoso (PNI) Capítulo I Art. 2º (1994) e o Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741 (2003), a velhice se inicia oficialmente aos 60 anos. Ao definirmos a velhice como uma categoria etária socialmente produzida (Debert, 1999), nos colocamos igualmente a tarefa de entender como essa experiência vem sendo organizada

simbolicamente, tendo em vista um cenário legal que é ancorado em critério de ordem cronológica.

O início do século XX no Brasil marca a velhice como uma responsabilidade familiar. A partir da segunda metade do referido século, inúmeros outros diferentes agentes sociais passam a compor, inclusive os próprios idosos, acontecimentos históricos relevantes no que tange aos contornos da construção da velhice. Observa-se um aumento da visibilidade e da legitimidade da velhice no Brasil como segmento social. A velhice passa a ser de responsabilidade coletiva, não mais apenas familiar (Debert, 1999; Lopes, 2000).

Desde então, mesmo que mais lentamente, a diversidade dos significados da velhice ganhou vulto. A ideia de velhice como um peso vem sendo relativizada desde o final do século XX, uma vez que a velhice também passou a ser vista como ganho individual e social. Na virada do século XX o desafio herdado é não reprivatizar a velhice, ou seja, tornar, desta vez, não a família responsável novamente por seu ente idoso, mas especialmente não responsabilizar apenas o próprio idoso pela construção, significados, gerenciamento e desfechos do seu curso de vida (Debert, 1999; Lopes, 2000). Deve-se ressaltar que, conforme dito, ninguém envelhece sozinho, dado que envelhecer tratar-se de um fenômeno multideterminado e multifacetado (Batistoni, 2009).

Assim, especialmente a partir da década de 1990, o envelhecimento deixa de ser visto como um processo contínuo apenas de perdas. As experiências vividas e os saberes acumulados passam a figurar como ganhos (Debert, 1999). Há a ampliação da oportunidade de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados no curso de vida e, igualmente, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos próprios pares. Assim, na primeira década do século XXI, percebe-se um movimento com contornos mais definidos em torno da velhice que não compreende necessariamente a equação envelhecimento, incapacidade, dependência e aposentadoria como sinônimos, típicos na composição do imaginário social até então. Na esteira desse debate e da Previdência como um dos pilares da seguridade social frente aos desafios do envelhecimento, encontram-se questionamentos sobre a velhice ainda ser condição ou requisito para a retirada do mundo laboral e outros domínios da vida (Menezes e França, 2012; Gugel, 2016; Kobayashi *et al.*, 2021).

A aposentadoria, que pode ser entendida como parte importante do complexo universo da interdependência sócio-individual (Elias, 1994), mesmo que se mantendo um direito, deixa de ser simbolicamente na atualidade apenas um marco a indicar a passagem para a velhice como decadência, isolamento ou uma forma de garantir a subsistência. A aposentadoria passa

a representar no imaginário social também uma fonte de oportunidades. Os idosos, incluindo os aposentados, estão assumindo *status* positivo em diversos domínios da vida, não esperado nem pela literatura, nem pelas políticas públicas, motivados por diversos agentes e seus diferentes interesses. Idealmente, encontram-se desfrutando de novas oportunidades sociais, propiciadas por mais anos de vida vividos com maior autonomia e independência (Camarano e Fernandes, 2015). Ainda, a estabilidade econômica alcançada por parte dos idosos ajuda a torná-los igualmente mais atraentes.

Contudo, considerando-se a heterogeneidade do envelhecimento, questiona-se se tal movimento incluiu todos os diversos perfis de idosos. A necessidade de preparação para aposentar, visando que não ocorra o rompimento brusco da atividade laboral e a responsabilização exclusiva ao idoso por seu próprio destino, pode evitar sentimentos de exclusão do universo produtivo mediante suas múltiplas facetas e oportunidades. Ainda evitar a fragilização da identidade profissional, tão forte, especialmente entre homens idosos (França, 2009; França e Soares, 2009; Zanelli, Silva e Soares, 2010; Wang e Shultz, 2010).

A preparação para aposentadoria é de responsabilidade tanto do governo quanto das organizações de trabalho. Visa a preparação e a estruturação, especialmente psicológica e financeira, dos trabalhadores em face a transição para a aposentadoria. No Brasil, a preparação para a aposentadoria é regida pela Lei 8.842/94 art. 10, inciso IV alínea “c”. Está presente no Estatuto do Idoso, Lei 10.741 art. 28. No entanto, as empresas, sejam elas públicas ou privadas, estão negligenciando a legislação, que deveria ser aplicada pelos órgãos de recursos humanos (Menezes e França, 2012).

Neste sentido, o processo de envelhecimento e a aposentadoria apresentam múltiplas interfaces, relacionadas às mudanças na vida social, psicológica, econômica, laboral, envolvimento social e saúde. Mesmo que ainda não aposentados, passamos boa parte da vida adulta na condição de contribuintes, o que nos torna parte da mesma condição. A chegada da aposentadoria pode ser entendida por situações de perdas e ganhos, apresentando alterações relacionadas à vida social, familiar e individual. Igualmente, os mecanismos de enfrentamento às mudanças diferem de indivíduo para indivíduo. O trabalho profissional e remunerado alcançou em nossa sociedade e na formatação do curso de vida, especialmente para as gerações mais velhas, *status* privilegiado. Assim, o fim da carreira pode representar estresse e expectativas, contribuindo negativamente para a capacidade de adaptação a situações emergentes. O medo da instabilidade econômica, isolamento, dificuldade de relacionamento com familiares e amigos podem configurar condições eminentes de riscos de doenças (Canizares e Jacob Filho, 2011).

De maneira geral, ainda faltam espaços e papéis sociais significativos a serem ocupados pelos aposentados, para além dos vivenciados por longos anos no mundo do trabalho profissional. Infelizmente, a aposentadoria ainda é entendida como um estado e não o alcance e usufruto de um direito organizado ao longo da vida, gerando muitas vezes preconceito e afastamento social. Assim, mediante o pobre repertório social *versus* a construção de um leque de oportunidades variadas e significativas para além do mundo laboral, discute-se a permanência mais longa dos idosos no mercado de trabalho (Alcântara, Camarano e Giacomini, 2016). A esse questionamento soma-se a sustentabilidade ou não da Previdência, tal como prevista no século XX. Postergar o início da aposentadoria trata-se de uma das possibilidades, com ganhos e perdas aos indivíduos e à sociedade, em geral. Mas, neste sentido, será a única?

Aposentar-se não implica apenas na saída do mercado de trabalho. No Brasil, oficialmente, o aposentado pode manter-se trabalhando, menos àqueles que estejam na categoria de invalidez. Trabalhar nesta condição depende da saúde, capacidade de poupança, valor recebido, da escolaridade, do tipo de ocupação, do preconceito com relação ao trabalho do idoso, maiores dificuldades de adaptação tecnológica e menos produtividade (Camarano e Fernandes, 2014; Camarano, Kanso e Fernandes, 2014). A decisão de se aposentar geralmente pode envolver três situações: a saída definitiva da organização e do mercado laboral; a opção por se aposentar e atuar em outra modalidade de emprego e atividade; ou continuar na mesma instituição, adiando a aposentadoria para outro momento em que o indivíduo se sinta mais apto a se aposentar (Ekerdt, 2010).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) o problema do desemprego entre trabalhadores mais velhos é, em geral, causado por pouca alfabetização e não em razão do envelhecimento ou da velhice em si. Estudo brasileiro aponta que a discriminação e a maior competitividade podem aumentar, indicando que o desemprego entre os idosos pode ser resultado de preconceito e a maior concorrência pelas oportunidades, favorecendo a chamada inatividade (Queiroz, Ramalho e Monte, 2012). No entanto, estudo realizado nos Estados Unidos indica que os esforços para promover os direitos civis, reduzir a discriminação e aumentar a resiliência individual podem promover a saúde mental e a capacidade de trabalhar por mais tempo (Gonzales, Lee e Marchiondo, 2019).

Na primeira década do século XXI, a educação vem se afirmando como um fator fundamental para manter a empregabilidade. Competência intelectual *versus* esforço físico pode ser uma equação que não consiga manter os idosos no mercado de trabalho, especialmente àqueles com baixa escolaridade e sem qualificação específica (Felix, 2011).

O planejamento trata-se da saída (Felix, 2011; França, 2009). A opção de reinvenção profissional aponta a importância de parcerias entre o setor público e privado, buscando formatar aptidões e talentos para novas funções durante a fase laboral em idades avançadas. O envolvimento laboral traz diferentes tipos de satisfação, a depender do interesse, que pode mudar de tempos em tempos (França e Soares, 2009). No entanto, quando se trata dos grupos menos qualificados, percebe-se que não há necessariamente a oportunidade de escolha da carreira a seguir ao longo da vida laboral, diminuindo as chances de diversificação na velhice. A influência do círculo social existe, mas a sobrevivência ainda é um determinante nas escolhas ou o que resta a ser escolhido. Assim, pode ser observado menor usufruto de recursos financeiros para uma melhor educação ao longo da vida, sentindo dificuldade de (re)inserir-se no mercado de trabalho após a aposentadoria. Tratam-se, muitas vezes, de idosos que se envolveram apenas em uma atividade laboral ao longo do curso de vida ativa, sem chances de refletirem com clareza seus interesses e reais competências, dificultando a tarefa de ressignificação da vida profissional.

Mesmo assim, a relação que o homem estabelece com o trabalho, especialmente dado ao *status* que essa atividade ganhou no capitalismo, contribui para a construção da sua identidade. A identidade passa a ser marcada pelo tipo de trabalho, empresa, produto ou serviço desempenhado. A identidade profissional está relacionada, por vezes, ao maior reconhecimento, que engloba como se reconhece e se é reconhecido por outros. Diante disso, a aposentadoria pode ser compreendida de forma prejudicial, caso mal administrada, afetando a estrutura psíquica e manifestando-se por meio de sintomas como ansiedade, depressão, irritabilidade e insatisfação generalizada, o que leva à redução na qualidade de vida (Kujawa, Both, Wobeto e Savaris, 2013; Newton e Ottley, 2020; Newton, 2021).

Neste sentido, investimentos pessoais e institucionais no planejamento para a aposentadoria e a ressignificação da vida passam a ser importantes, porque tornam possível uma nova relação com o tempo, satisfação com a vida e a busca de novos e diferentes repertórios (Felix, 2011; Kujama et al., 2013; Principi et al., 2018). Entretanto, percebe-se que a adaptação e satisfação com a aposentadoria variam de indivíduo a indivíduo (Kujama et al., 2013; Principi et al., 2018).

No limite, o principal intuito de ações e debates em torno da aposentadoria, portanto, trata de promover e dar conta da heterogeneidade dessa experiência e formas mais atuais de convivência fora da compreensão produtivista laboral (Gugel, 2016). A identificação e adoção de novos papéis e espaços sociais significativos e adaptados à realidade pós-aposentadoria podem atender diferentes perfis. Ainda, dar suporte à decisão de se manter trabalhando,

muitas vezes, proveniente de necessidades financeira ou identitária. Neste contexto, as diferentes formas de vivenciar o curso de vida, sujeitas a acessos e restrições inúmeras, devem engendrar os múltiplos significados de aposentadoria. Esse espectro de possibilidades ancora-se especialmente nos diferentes perfis socioeconômicos construídos ao longo do percurso em países como o Brasil, que vêm apresentando tantas desigualdades, instabilidades e diversidades regionais e, mais recentemente, a pandemia por COVID-19.

Em síntese, viver mais vem demandando novas e significativas condições de vida e legitimação dos sujeitos e das identidades, ancoradas em percursos e percepções dos percursos que desafiam as políticas de atenção ou a massificação das soluções. Considerando-se o atual curso da vida, verifica-se que aprendemos e nos preparamos através da escola, da família e da sociedade, em geral, para como estar dentro do mercado de trabalho, boa parte de nosso tempo de vida. No entanto, sabemos como estar, o que esperar e o que desejar quando fora dele? Trata-se essa de uma única resposta? Quais os papéis, espaços e significados disponíveis para os diferentes? Certamente, as respostas a essas perguntas também passam por quem somos em idades avançadas e a percepção do que temos experienciado simbolicamente enquanto aposentados, além das oportunidades disponíveis, em um dos períodos do curso de vida mais longos que estamos vivendo pela primeira vez na história da humanidade (Neri, 2014).

Estudos como o presente pretendem fortalecer o debate e identificar os significados construídos pelos diversos idosos aposentados sobre a aposentadoria como evento de vida, ajudando a compreender o leque de possibilidades de percebê-la, vivenciá-la e gerenciá-la. Tal esforço se faz necessário especialmente pelo fato deste se tratar, para muitos, de um dos importantes desfechos frente à construção de todo o curso de vida no âmbito do modelo capitalista de convivência. Mediante esse cenário de múltiplos desafios, o presente estudo buscou caracterizar os significados de aposentadoria e o perfil socioeconômico de idosos aposentados.

## **Método**

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. O local de realização foi a sede do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI), situada na cidade de São Paulo, Brasil. A abrangência e diversidade dos afiliados foi o motivo da escolha da instituição. A coleta foi realizada entre os dias 17 de julho a 30 de julho de 2015.

Os participantes, selecionados de forma aleatória e por conveniência, foram idosos (as) de 60 anos e mais de idade, aposentados (as) da Previdência Social por tempo de contribuição, associados SINDNAPI e frequentadores da Seção São Paulo. Realizou-se cálculo amostral referente ao período de coleta de dados, resultando em uma amostra de 200 participantes. No período, a maior procura era pelo setor jurídico, seguido por informações sobre lazer, saúde e empréstimo consignado bancário.

O formulário misto foi organizado em dois blocos temáticos: Bloco I: Perfil socioeconômico: idade; identidade de gênero; escolaridade; renda familiar; envolvimento em atividades sociais, esportivas e familiares regulares. Bloco II: Contexto da aposentadoria: participação em Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA); tempo de aposentadoria; envolvimento laboral; motivos para envolvimento ou não envolvimento laboral; percepção sobre a renda da aposentadoria; o significado de ser aposentado; o significado de aposentadoria; expectativas frente às ações dos representantes.

Destaca-se que a diretoria do SINDNAPI foi consultada em sessão de apresentação do projeto e das responsáveis pela pesquisa, aprovando a execução de Termo de Consentimento Institucional. A aplicação do instrumento foi antecedida pela leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte dos idosos que aceitaram participar. Todos receberam uma cópia do documento, com o contato das participantes, em caso de desistência posterior. A aplicação do instrumento foi realizada em local reservado cedido pelo Sindicato, preservando os participantes de exposição.

Os formulários foram codificados. As respostas provenientes das perguntas abertas foram tratadas e analisadas buscando-se organizar categorias a partir dos principais relatos dos participantes e, posteriormente, verificando a frequência (Geertz, 2008). Nesse processo, a classificação das menções passou pela avaliação de dois juízes especialistas no assunto.

As análises estatísticas foram feitas por meio do SAS, versão 7.0 (SAS Inst., Cary, Estados Unidos). Estatísticas descritivas foram realizadas para a caracterização da amostra e foram realizadas medidas de frequência absoluta.

## **Resultados**

A faixa etária de maior prevalência foi a de 60 a 69 anos (52,5%). Obteve-se igualmente maior prevalência masculina (149 idosos), seguido de 51 mulheres, sendo uma transexual. Em relação a escolaridade, a predominância foi do ensino fundamental ou menos (64%). A renda mensal, somando todos os rendimentos da família, teve maioria de 40%



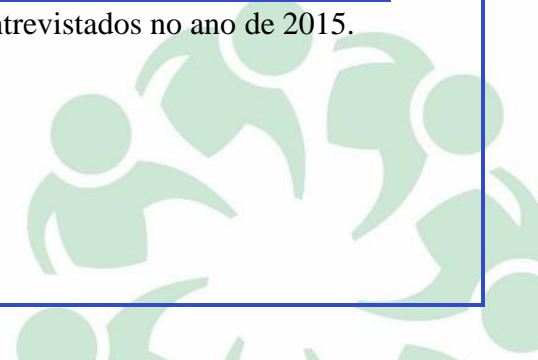
daqueles que relataram receber até dois salários mínimos, vigentes no período da coleta dos dados.

Ao relatarem sobre a adesão em atividades sociais, desde que se aposentaram 55,5% não possuíam nenhum envolvimento versus 44,5%. O perfil sociodemográfico e envolvimento apresentam-se na Tabela 1.

**Tabela 1:** Perfil sociodemográfico e envolvimento social dos participantes.

<b>Variável</b>	<b>n=200</b>	<b>%</b>
<b>Idade</b>		
De 60 a 69 anos	105	<b>52,50</b>
De 70 a 79 anos	79	39,50
De 80 a 90 anos	16	8,00
<b>Gênero</b>		
Mulheres	51	25,50
Homens	149	<b>74,50</b>
<b>Escolaridade</b>		
Analfabeto	5	2,50
Fundamental ou menos	128	<b>64,00</b>
Secundário completo	50	25,00
Universitário	15	7,50
Pós-graduação	2	1,00
<b>Renda Mensal (salário mínimo: s.m.)</b>		
Até dois s.m. (R\$ 1 576,00)	80	<b>40,00</b>
Até três s.m. (R\$ 2364,00)	53	26,50
Entre quatro e cinco s.m. (R\$ 3.940,00)	41	20,50
Acima de cinco s.m. (R\$ 3941,00)	26	13,00
<b>Semanalmente, envolve-se em atividades sociais, esportivas e/ou familiares desde que se aposentou?</b>		
Sim	89	44,50
Não	111	<b>55,50</b>

*Nota:* Dados em percentual considerando a taxa de indivíduos entrevistados no ano de 2015.



A grande maioria da amostra (95%) indicou que não participou de nenhum PPA. A maioria (68,5%) recebia aposentadoria há 10 anos ou mais tempo, seguidos de 24,5%, aposentados entre 02 e 10 anos.

Em relação à atividade profissional, 68,5% responderam que não trabalhavam, enquanto 30% afirmaram positivamente. O principal motivo apontado para o envolvimento profissional foi aumentar a renda (24,5%), seguido de higiene física e mental (5,5%). Dentre os que disseram que não trabalhavam, os três principais motivos apresentados foram: 22,5% descansar, desejo de parar e ter mais liberdade; 17% por problemas de saúde; 14,5% preconceito etário.

Diante da pergunta sobre os significados de aposentadoria, 52,5% indicaram que *era boa, direito, ajuda, segurança, tranquilidade, descanso, importante, ótima, muito boa, divertimento, mérito, vitória, excelência, meta cumprida, estabilidade, conquista e esforço*. Em relação às compreensões negativas, 45,5% apontaram: *fim da vida, injustiça, ilusão, abandono, sofrimento, vergonha, desastre, exclusão, ridícula, ruim, péssima, meio de sobreviver, tristeza, insuficiente, pouco e porcaria*.

Na questão que indaga como é viver apenas com a aposentadoria, 63,6% consideram que é *ruim versus* 27,3% que consideraram *bom*. Por outro lado, 57% declararam ter uma percepção positiva mediante a condição de ser aposentado, enquanto 39% compreendiam de forma negativa.

Na última pergunta desse bloco temático, que abordava a expectativa dos entrevistados quanto às ações de seus representantes, a maioria (44,5%) aponta ser a defesa de direitos e oportunidades de trabalho. No entanto, 26,5% não quis responder essa questão. Ações educativas foram mencionadas por 13,5% e assistência em saúde por 6% dos entrevistados. Divulgação de atividades e estímulo para participação por 5,5%, seguido de ações de esporte e lazer (3%). Apenas um por cento apontou esperar conduta moral e ética dos representantes. A Tabela 2 apresenta a caracterização dos dados.

**Tabela 2:** Análise descritiva das questões relacionadas ao contexto da aposentadoria.

Variável	N=200	%
<b>Participação em PPA</b>		
Sim	10	5,00
Não	190	<b>95,00</b>
<b>Tempo de aposentadoria</b>		

até 1 ano	13	6,50
de 2 a 10 anos	49	24,50
10 anos ou mais	137	<b>68,50</b>
Não respondeu	01	0,50
<b>Envolvimento laboral</b>		
Sim	60	30,00
Não	137	<b>68,50</b>
Não responderam	03	1,50
<b>Principal motivo para continuar trabalhando</b>		
Acrescentar renda	49	<b>24,50</b>
Higiene física e mental	11	5,50
<b>Principal motivo que não trabalha</b>		
Descansar, desejo de parar e ter mais liberdade	45	<b>22,50</b>
Doença	34	<b>17,00</b>
Preconceito etário	29	<b>14,50</b>
Falta de estudo e Oportunidades	14	7,00
Cuidadores de familiares	07	3,50
Não responderam	08	4,00
<b>Significados de aposentadoria</b>		
<b>Variável</b>	<b>N=200</b>	<b>%</b>
Positivos	105	<b>52,50</b>
Negativos	91	45,50
Sem Resposta	04	2,00
<b>Significados de aposentadoria como única fonte de renda</b>		
Positivos	54	27,00
Negativos	126	<b>63,00</b>
Não sabe	18	9,00
<b>Significados de ser aposentado</b>		
Positivos	114	<b>57,00</b>
Negativos	78	39,00
Sem Resposta	08	4,00
<b>Expectativa quanto às ações dos representantes</b>		
Defesa dos direitos e oportunidades de trabalho	89	<b>44,50</b>

Educação	27	13,50
Assistência em saúde	12	6,00
Divulgação e estímulo	11	5,50
Esporte e lazer	6	3,00
Conduta moral e ética	2	1,00
Sem resposta	53	26,50

Em sua maioria, a amostra caracterizou-se por idosos homens com idades entre 60 a 69 anos, baixa escolaridade, baixa renda, sem envolvimento social, sem preparação institucional para a aposentadoria e aposentados a mais de 10 anos. A grande maioria deixou a vida laboral, sendo os principais motivos, na ordem: descansar, parar e liberdade; problemas de saúde; e, preconceito etário. O principal motivo para continuar trabalhando foi aumentar a renda. Uma leve maioria apresentou significados positivos sobre aposentadoria e ser aposentado. No entanto, a maioria não está satisfeita com a renda de aposentado. Por fim, a maioria ainda aponta esperar dos representantes a defesa dos seus direitos e oportunidade de trabalho, seguido em menor escala de ações em educação e assistência em saúde.

## Discussão

A aposentadoria é um evento relativamente novo na história da humanidade. A partir de século XX a maioria da população assalariada no Brasil passou a contar com a proteção da Previdência Social (Gugel, 2016). Uma revisão da literatura e um estudo empírico, ambos dos mesmos autores, resumem que “pelo fato da aposentadoria ser “multideterminada, é preciso que a investigação se pautar na diversidade de variáveis relacionadas a este evento” (Amorim e França, 2019a; 2019b). Assim, a literatura ressalta ainda que as atitudes positivas ou negativas perante a aposentadoria, conjuntamente com questões de ordens demográficas e culturais, podem explicar resultados relacionados ao tipo de bem-estar advindo com a aposentadoria (Menezes e França, 2012; Newton et al., 2019; Nordenmark e Stattin, 2009).

Em termos socioculturais, mudanças na trajetória da aposentadoria e na visibilidade da velhice no final do século XX tiveram um impacto na imagem em torno dessa etapa da vida, em geral. Esse cenário tem uma forte relação com o que se entende e passamos entender como a instituição da aposentadoria (Debert, 1999).

As mudanças interpessoais na transição para a aposentadoria podem se tornar significativas, como igualmente se tornar uma espiral de crescente frustração (Zanelli, Silva e Soares, 2010). Tanto pode significar uma nova etapa na vida, oportunidade de realizar projetos pessoais, como pode ser um prenúncio de perdas insuperáveis.

Estudo brasileiro realizado com 24 servidores aposentados sobre os significados da aposentadoria observou que a percepção pessoal nem sempre caminha de forma harmônica com a percepção social anunciada em torno da aposentadoria. Para os servidores a aposentadoria era sinônimo de liberdade e merecimento. Já quanto à forma como eles percebiam a concepção social, constatou-se que a aposentadoria passava pelas noções de inatividade e invalidez. Uma tensão entre o indivíduo e as concepções de sua época (Antloga, Medeiros, Moreira e Maia, 2017).

Com a pesquisa de campo efetuada pôde-se identificar o perfil socioeconômico e o significado de aposentadoria para os participantes, em uma constelação de questões subjacentes. Os resultados da presente pesquisa mostraram que a maioria dos participantes, apresentaram baixa renda e baixa escolaridade, percebem positivamente a aposentadoria, significando tranquilidade, sossego, liberdade e direito garantido. Esse dado coloca em debate a literatura consultada. Por exemplo, no avanço das investigações realizada por Zanelli, Silva e Soares (2010), o rompimento com a rotina de trabalho, sobretudo quando se efetiva de uma maneira brusca, gera negativas transformações nos aspectos de vida ligados ao contexto interpessoal, financeiro, de lazer e readaptação. Argumenta que esse processo está associado a desafios relacionados à autoimagem e a autoestima.

Atualmente, autores internacionais apontam que o ajustamento à aposentadoria é negativo a depender das perdas em saúde, dependência familiar, viuvez no início desse novo período da vida, além da antecipação da aposentadoria. Por outro lado, a adaptação é facilitada na medida que os indivíduos dispõem de boa saúde física e mental, tem a chance de escolher se aposentar, detêm de boa condição financeira, envolve-se socialmente em outras modalidades sociais, planejou-se com antecipação e mantém relação satisfatória com o(a) cônjuge (Murta et al., 2014; James et al., 2016; Pietilä et al., 2020; Fye et al., 2020). Como gerenciar os diferentes cursos de vida visando o alcance desse desfecho, em um cenário político, social e econômico tão instável como o brasileiro?

Pode-se inferir, a partir do presente estudo, que o trabalhador homem, de baixa renda e escolaridade talvez tenha na aposentadoria uma percepção de recompensa, de dever cumprido, além da certeza da continuidade da renda e do término de tarefas extenuantes e pouco prestigiadas. Mesmo com problemas de saúde, pouco envolvidos socialmente e ainda com

demandas de natureza prioritária, usufruir da aposentadoria para parte desse grupo pode representar *status* e conquista. Porém, novamente, o quanto sabemos sobre esse perfil de idosos e modalidade de curso de vida em um país de ordem continental como o Brasil?

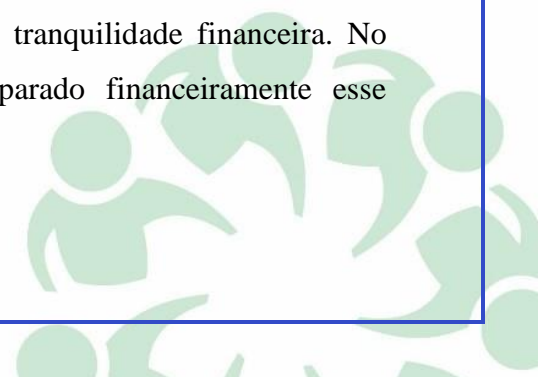
No tocante a possibilidade de trabalho para idosos que mostraram insatisfação e desejo de continuar atuando profissionalmente, Oliveira (2009) destaca que se faz necessário ressaltar que o mercado prioriza a mão de obra jovem, impondo certas barreiras ao trabalhador idoso. Neste cenário, a discriminação e a maior competitividade na vida laboral aumentam o risco de desemprego entre os mais velhos e favorece a inatividade (Queiroz, Ramalho e Monte, 2012).

A pesquisa no SINDNAPI corrobora com essa tendência da literatura, ao indicar que 69,5% dos participantes pararam de trabalhar, sendo que, desse total, 34% alegaram problemas de saúde, o que impedia de prosseguir trabalhando. Somado a isso, 29% declararam questões etárias, indicando que o mercado não está preparado para empregar o velho, favorecendo, desta forma, a ociosidade e exclusão. Um dos participantes aponta: “Eu queria continuar trabalhando, mas não dão emprego para o velho. Tenho boa saúde, queria ter um trabalho para poder custear meus estudos, pois quero me formar, ser um advogado. Tenho esse sonho”. Esse senhor representa os 14% que indicaram que pararam de trabalhar por falta de estudo e oportunidades.

Outro dado, nessa direção, também é preocupante. A leve maioria (55,5%) indicou que não se encontrava envolvida com atividades sociais desde que se aposentou. Destaca-se que o maior grupo já se aposentou há mais de 10 anos (68,5%). Interessante ainda notar que poucos deles pararam de trabalhar para serem cuidadores familiares, o que, em geral, ainda acontece com as mulheres (Ferreira, Isaac e Ximenes, 2018).

Assim, o estudo alerta que não basta apenas estimular os aposentados a continuarem ativos e participantes, uma vez que não há ainda com efetividade oportunidades a longo prazo de sustentação da realização de sonhos, tendo como suporte apenas a aposentadoria. Mesmo concebendo positivamente a aposentadoria e ser aposentado, a maioria não se sente satisfeita com a renda recebida, possivelmente por ser limitadora de novos investimentos em diversos domínios.

Neste sentido, estudo realizado com servidores federais apontou que os fatores mais prestigiados para o bem-estar na aposentadoria seria saúde e tranquilidade financeira. No entanto, destaca-se que nenhum entrevistado havia se preparado financeiramente esse momento (Bressan, Mafra, França, Melo e Loretto, 2013).



Ainda, sobre a importância e influência que o trabalho exerce sobre alguns indivíduos, segue o relato de outro idoso, repleto de saudosismo: “Eu ensinava todos que entravam para trabalhar no meu setor, gostava disso. (Pausa). Hoje eu sinto muita falta disso. Gostaria muito de voltar para ensinar o que aprendi com a vida”. Nesta direção, entre os motivos para o adiamento da aposentadoria de 283 servidores federais brasileiros estão: o exercício da autonomia, condições flexíveis de trabalho, as recompensas financeiras para a permanência e a interação interpessoal (Macêdo, Bendassolli e Torres, 2019). Resultados semelhantes foram encontrados entre 11 professores da Universidade Federal da Paraíba (Nascimento e Polia, 2019), somando-se ainda o desejo de manter-se à frente da produção acadêmica há anos orquestrada.

A presente pesquisa indicou que a maioria dos entrevistados não participou de iniciativas de preparação ou não planejaram a vida após a saída do mundo do trabalho. Essa ausência pode ter gerado reflexos no descontentamento em viver apenas com o valor recebido da aposentadoria, conforme indica a literatura consultada. Assim, “planejar a aposentadoria é uma forma de prevenir a ocorrência de uma aposentadoria insatisfatória e malsucedida e promover bem-estar nessa etapa da vida” (Leandro-França e Murta, 2019, p. 1). Outro estudo que avaliou a aplicação de um programa de educação para a aposentadoria indicou que a construção de uma noção de pertencimento e coesão de grupo serviu de base para uma série de mudanças positivas de perspectivas perante a aposentadoria, como: a construção de uma nova identidade, ocupação e papéis; a noção de preparação financeira e busca de mobilização frente aos direitos dos aposentados; a criação de projetos; e as relações de uma nova rotina de autocuidado pessoal e vincular (Martins e Borges, 2017).

A baixa escolaridade, encontrada entre a maioria, igualmente pode ter reforçado esses sentimentos e sentidos, na medida em que deve ter reduzido o leque de acesso à informação e oportunidades de planejamento ao longo da vida. Um idoso ressalta: “Ser aposentado não é ruim. O ruim é não se preparar para a nova vida como aposentado, quer na parte psicológica, quer na parte financeira. Se eu puder lhe dar um conselho, diria para você se preparar, não fazer como eu”.

Outro relato aponta que ainda temos poucas empresas que prepararam seus funcionários ou colaboradores: “No tempo que eu me aposentei, não tinha isso não. As empresas não estão muito preocupadas com o trabalhador. Se pode continuar trabalhando, tá bom. Se não, tá fora e dá lugar pra outro que está melhor, né?”.

A aposentadoria pode ser vista como um rito ao apresentar-se como um tempo de reconstrução de novos investimentos e novas descobertas. Para além da genuína autonomia

desejada, deve-se lembrar de que essa dinâmica depende, inclusive, do cenário político-econômico e das condições de saúde. Portanto, atentemo-nos para a complexidade do horizonte. Na presente pesquisa, por exemplo, apesar da leve maioria não relatar envolvimento social, obteve-se uma expectativa por estímulos para atividades sociais, tanto promovidos por parte da sociedade, dos grupos de convivência como, até mesmo, por parte do SINDNAPI, ao esperarem por atividades educacionais e recreativas.

A realidade dos entrevistados aponta o desejo por ações nessa direção, que podem auxiliar no momento de transição, mesmo já estabelecendo uma compreensão positiva de aposentadoria. Os sindicatos de aposentados podem ser polo importante na atração de iniciativas de socialização tanto de cunho político-econômico (Coutrim, 2002), como assistenciais, profissionalizantes e educativas, especialmente para homens idosos, de acordo com a prevalência masculina no caso SINDNAPI.

Em síntese, debater sobre aposentadoria trata-se de um percurso que não é apenas tarefa individual e doméstica, privada. O acesso a um curso de vida significativo depende sobremaneira das oportunidades, acordos, preparo, crenças, escolhas e respeito às diferenças sociais mediante a constituição de contratos sociais inclusivos. Também depende de uma estrutura forte e democrática de convivência social. Nesse sentido, o respeito à garantia de acesso à aposentadoria como direito que há quase um século luta para ser preservado, também passa pela defesa de Batich (2004), ao dissertar sobre a trajetória dessa proteção ao trabalhador no século XX. Destaca que de previsibilidade a Previdência muito carece, especialmente mediante o sistemático mau gerenciamento estatal do mecanismo de solidariedade entre as gerações. Ressalta-se assim que, com o aumento da expectativa de vida, diferentes gerações brasileiras ao longo do tempo vêm convivendo e administrando recursos e oportunidades na medida de suas demandas e emergências.

### **Considerações Finais**

A presente pesquisa oportunizou explorar e refletir o contexto e significados que norteiam o tema da aposentadoria para idosos aposentados sindicalizados, frente aos diferentes perfis socioeconômicos identificados.

A aposentadoria trata-se de tema recorrente no último século e envolve diversas gerações. Pode apresentar-se como momento de incertezas e transformações, que vão desde mudanças biológicas e psicológicas, até a perda de *status* social. Também pode significar, muitas vezes, ao mesmo tempo, oportunidade e libertação, estabilidade e bem-estar.



Observou-se que a complexidade e heterogeneidade das experiências do envelhecer vêm dando forma a esses múltiplos significados, aliado às condições político-econômicas, oportunidades e constrangimentos sociais.

Na amostra investigada, marcada por prevalência masculina, observou-se que a passagem da vida laboral para a aposentadoria aconteceu sem qualquer planejamento institucional ou pessoal. Independentemente dos motivos, falta de investimentos pode ocasionar, para a literatura consultada, desequilíbrio no convívio social, nos relacionamentos interpessoais e nas trocas de experiências, que antes eram proporcionados especialmente pela escola nas idades iniciais e pelo mundo do trabalho, a partir da vida adulta. Os custos para a saúde física e mental também podem estar presentes.

No entanto, apesar do perfil vulnerável, composto por indivíduos de baixa renda e escolaridade, falta de preparo institucional para a aposentadoria, insatisfação com a renda, além de ausência de envolvimento social, a aposentadoria, mais que apenas o alcance e o exercício de um direito, constituiu-se como uma experiência vista de forma positiva, para a leve maioria dos participantes da pesquisa. O aparente otimismo convive, ironicamente, com expectativas frustradas perante os representantes e ações que são de ordem prioritária ao segmento social que representam como defesa de direitos e oportunidades de trabalho, ações em educação e assistência em saúde.

Torna-se necessário que sejam realizados mais estudos a respeito do tema proposto, contribuindo para explorar o significado de aposentadoria no Brasil, bem como, ajudar a superar os desafios e promover oportunidades para um segmento crescente da sociedade, tão heterogêneo. Destaca-se especial atenção ao fato da maioria não demonstrar estar envolvida em nenhuma atividade social, familiar ou esportiva regulares.

Por fim, deve-se evitar o caminho voltado à própria sorte, uma vez que a gestão do envelhecimento se trata de tarefa igualmente coletiva, não apenas individual. Isso significa movimentos e avanços sustentáveis que estão longe de emergirem de modo simplesmente espontâneo, imediatista e caseiro. Estratégias e ações conjuntas e de longo prazo, inclusive de ordem simbólica, devem ser orquestradas e levadas a cabo, de forma sistemática, inclusiva, assistencial, significativa e propositiva aos diversos perfis de idosos aposentados brasileiros atuais e os que estão por vir.



## REFERÊNCIAS

- Alcântara, A. O., Camarano, A. A., & Giacomini, K. C. (2016). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. IPEA.
- Amorim, S. M., & França, L. H. (2019a). Retirement well-being: a systematic review of the literature. *Trends in Psychology*, 27(1), 155-172. [doi.org/10.9788/tp2019.1-12](https://doi.org/10.9788/tp2019.1-12)
- Amorim, S. M., & França, L. H. (2019b). Razões para Aposentar e Satisfação na Aposentadoria. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3558. [dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3558](https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3558)
- Antloga, C. S., Medeiros, S. N., Moreira, R., & Maia, M. (2017). O significado da aposentadoria para pessoas aposentadas de um órgão público. *Trabalho (En) Cena*, 2(1), 26-39. [doi.org/10.20873/2526-1487V2N126](https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N126)
- Batich, M. (2004). Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. *São Paulo em perspectiva*, 18 (3), 33-40. [dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000300004](https://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000300004)
- Batistoni, S. S. T. (2009). Contribuições da Psicologia do Envelhecimento para as práticas clínicas com idosos. *Psicologia em Pesquisa*, 3, 13-22. [doi.org/10.24879/200900300200381](https://doi.org/10.24879/200900300200381)
- Brasil. *Lei n.º 10.741 de 01 de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)
- Brasil. *Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm)
- Bressan, M. A. L. C., Mafra, S. C. T., França, L. H., Melo, M. S. S., & Loretto, M. D. S. (2013). Bem-estar na aposentadoria: o que isto significa para os servidores públicos federais? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16(2), 259-272. [doi.org/10.1590/S1809-98232013000200006](https://doi.org/10.1590/S1809-98232013000200006)
- Camarano, A. A., & Fernandes, D. (2014). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? In: A. A., Camarano (Org.), *Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010*. (Cap.3, pp. 123-156, IPEA: Rio de Janeiro).
- Camarano, A. A., & Fernandes, D. (2015). O que estão fazendo os homens maduros que não trabalham, não procuram trabalho e não são aposentados? *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2757-2764. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.00642015>
- Camarano, A. A., Kanso, S., & Fernandes, D. (2014). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? In: A. A., Camarano (Org.). *Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho?* (Cap.12, pp. 380-435, IPEA: Rio de Janeiro).
- Canizares, J. C. L., & Jacob Filho, W. (2011). Fatores de risco à senilidade na transição à aposentadoria. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 8 (1) 425-432. [doi.org/10.1590/S1809-98232011000300003](https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000300003).

- Coutrim, R. M. E. (2002). Quem Disse que os Aposentados Estão Inativos? O Movimento de Aposentados e Pensionistas e o Jogo de Resistência contra o Poder. *Textos Envelhecimento*, 4(7).
- Debert, G. G. (1999). As Formas de Gestão da Velhice e a Reprivatização do Envelhecimento. In: Debert, G.G (Org.) *A reinvenção da velhice*. (Cap. 1, pp. 11-23, EDUSP).
- Ekerdt, D. J. (2010). Frontiers of research on work and retirement. *Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 65 (1) 69-80. [10.1093/geronb/gbp109](https://doi.org/10.1093/geronb/gbp109)
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Zahar.
- Felix, J. (2011). *Viver Muito: outras ideias sobre envelhecer bem no Sec. XXI (e como isso afeta a economia e seu futuro)*, LeYa.
- Ferreira, C. R., Isaac, L., & Ximenes, V. S. (2018). Cuidar de idosos: um assunto de mulher? *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(1), 108-125.
- França, L. H. (2009). Influências sociais nas atitudes dos ' Top' executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural. *Revista de Administração contemporânea*, 13 (1), 17-35. [doi.org/10.1590/S1415-65552009000100003](https://doi.org/10.1590/S1415-65552009000100003)
- França, L. H., & Soares, D. H. P. (2009). Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia: ciência e profissão*, 29 (4) 738-751. [doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007](https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007)
- Fye, M. A., Chasek, C. T., Mims, G. A., Sandman, J., & Hinrichsen, A. (2020). Marital Satisfaction During Retirement. *The Family Journal*, 28(3), 313–318. [doi.org/10.1177/1066480720929689](https://doi.org/10.1177/1066480720929689)
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Editora LTC. (Obra original publicada em 1973).
- Gonzales, E., Lee, Y. J., & Marchiondo, L. A. (2021). Exploring the Consequences of Major Lifetime Discrimination, Neighborhood Conditions, Chronic Work, and Everyday Discrimination on Health and Retirement. *Journal of applied gerontology : the official journal of the Southern Gerontological Society*, 40(2), 121–131. [doi.org/10.1177/0733464819892847](https://doi.org/10.1177/0733464819892847)
- Gugel, M.A. (2016). O direito ao trabalho, a preparação e a conquista da aposentadora. In: A.O, Alcântara, A.A. Camarano, K.C. Giacomini (Orgs.), *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. (Cap.8, pp. 225-240, IPEA: Rio de Janeiro).
- James, J. B., Matz-Costa, C., & Smyer, M. A. (2016). Retirement security: It's not just about the money. *The American Psychologist*, 71(4), 334–344. [doi.org/10.1037/a0040220](https://doi.org/10.1037/a0040220)
- Kobayashi, E., Sugawara, I., Fukaya, T., Okamoto, S., & Liang, J. (2021). Retirement and Social Activities in Japan: Does Age Moderate the Association? *Research on aging*, [doi.org/10.1177/01640275211005185](https://doi.org/10.1177/01640275211005185)

- Kujawa, D., Both, T. L., Wobeto, M. I., & Savaris, V. (2013). Consideração sobre o idoso aposentado: uma intervenção da Terapia Cognitivo-Comportamental como instrumento de preparação à aposentadoria. *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, 9(Sup.1), 90-101. [doi.org/10.5335/rbceh.2012.2793](https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.2793)
- Leandro-França, C., & Murta, S. G. (2019). Evidências de Eficácia de Programas de Educação para Aposentadoria: Um Estudo Experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35422. [doi.org/10.1590/0102.3772e35422](https://doi.org/10.1590/0102.3772e35422)
- Lopes, A. (2000). *A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e os Desafios da Gerontologia no Brasil*. Alínea.
- Macêdo, L. S. S., Bendassolli, P. F., & Torres, T. L. (2019). Preditores do adiamento da aposentadoria por servidores públicos federais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37 (1), 151-167. [doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4556](https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4556)
- Martins, L., & Borges, E. S. (2017). Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho. *Interações (Campo Grande)*, 18 (3), 55-68. [doi.org/10.20435/inter.v18i3.1496](https://doi.org/10.20435/inter.v18i3.1496)
- Menezes, G. S., & França, L. H. (2012). Preditores da decisão da aposentadoria por servidores públicos federais. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(3), 315-328.
- Murta, S. G., Abreu, S., França, C. L., Pedralho, M., Seidl, J., Lira, N. P. M., Carvalhedeo, R. K. M., Conceição, A. C., & Gunther, I. A. (2014). Preparação para a aposentadoria: implantação e avaliação do programa viva mais! *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 01-09. [doi.org/10.1590/S0102-79722014000100001](https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100001)
- Nascimento, P. D. M., & Polia, A. A. (2019) Planos para o futuro: uma análise da perspectiva ocupacional de professores universitários para o período da aposentadoria. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 390-402. [doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1647](https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1647)
- Neri, A. L. (2008). *Palavras-chave em Gerontologia*. Alínea.
- Neri, A. L. (2014) *Palavras-chave em Gerontologia*. Alínea.
- Newton N. J. (2021). Older Canadians' identity and well-being in retirement. *International journal of aging & human development*, (in press). [doi.org/10.1177/00914150211001586](https://doi.org/10.1177/00914150211001586)
- Newton, N. J., Ottley, K. M. (2020). The relationship of work-related choice with identity in older women. In: Hollis-Sawyer, L., Cole, E. (Eds.), *Older women who work: Resilience, choice, and change*. (pp. 69–86, American Psychological Association).
- Nordenmark, M., Stattin, M. (2009). Psychosocial well-being and reasons for retirement in Sweden. *Ageing and Society*, 29(3), 413-430. [10.1017/S0144686X08008179](https://doi.org/10.1017/S0144686X08008179)
- Oliveira, J. C. (2009). O dia seguinte da Aposentadoria: Sonho e Realidade. In: Juarez C. B. J. (Org). *Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade*. (Editora EDICON, pp. 283-294).
- Pietilä, I., Calasanti, T., Ojala, H., & King, N. (2020). Is Retirement a Crisis for Men? Class

and Adjustment to Retirement. *Men and Masculinities*, 23(2), 306–325.  
[doi.org/10.1177/1097184X17724189](https://doi.org/10.1177/1097184X17724189)

Principi, A., Smeaton, D., Cahill, K., Santini, S., Barnes, H., & Socci, M. (2020). What Happens to Retirement Plans, and Does This Affect Retirement Satisfaction? *International journal of aging & human development*, 90(2), 152–175.  
[doi.org/10.1177/0091415018796627](https://doi.org/10.1177/0091415018796627)

Queiroz, V. S., Ramalho, H. M., & Monte, P. A. (2012). A inserção do idoso no mercado de trabalho: evidências a partir da duração do desemprego no Brasil. *Anais do XVII Encontro Regional de Economia*.

Wang, M., & Shultz, K. S. (2010). Employee Retirement: A Review and Recommendations for Future Investigation. *Journal of Management*, 36(1), 172–206.  
[doi.org/10.1177/0149206309347957](https://doi.org/10.1177/0149206309347957)

World Health Organization. (2005). Envelhecimento ativo: uma política de saúde.

Zanelli, J. C., Silva, N., & Soares, D. H. P. S. (2010). *Orientação para Aposentadoria nas Organizações de Trabalho. Construção de projetos para o pós-carreira*. Artmed.

Autores	Contribuições
Autor 1	Administração do Projeto, Conceituação, Escrita – Primeira redação; Escrita – Revisão, Investigação, Metodologia.
Autor 2	Análise Formal, Escrita – Revisão e Edição.
Autor 3	Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria dos dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão, Metodologia, Supervisão.

